

APRESENTAÇÃO

MISSÃO: A Revista Judicial Brasileira – ReJuB (Brazilian Judicial Law Review) tem como missão a difusão de conhecimento aplicado à atividade jurisdicional e ao Sistema de Justiça, tanto em âmbito nacional quanto internacional, de forma a produzir impactos positivos e sustentáveis na transformação da realidade social, na redução das desigualdades e na proteção dos vulneráveis.

FOCO: A Revista Judicial Brasileira – ReJuB (Brazilian Judicial Law Review) tem por foco a publicação de produções intelectuais. São aceitas colaborações do Brasil e do Exterior, que tenham por objeto o estudo do Sistema de Justiça e projetos voltados ao seu aprimoramento, sendo incentivada a pluralidade de abordagens e perspectivas, voltadas à promoção de uma visão sistêmica, inovadora e conectada com a prática judicial. Podem ser publicadas edições especiais, com recorte e formatação específicos.

Com o propósito de cumprir importante papel no cenário brasileiro, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Enfam foi criada pela Emenda Constitucional n. 45, de 30 de dezembro de 2004, e instituída em 30 de novembro de 2006, pela Resolução n. 3 do Superior Tribunal de Justiça, como instância vinculada a esse órgão, com atuação em todo o território nacional e sede em Brasília – DF.

Nessa linha, a Enfam tem por missão promover, regulamentar e fiscalizar, em âmbito nacional, a formação e o aperfeiçoamento da magistratura para que a Justiça esteja em sintonia com a demanda social. Essa formação se dá principalmente pela realização de cursos de formação inicial (voltados para recém-ingressos na carreira judicial) e continuada (voltados à capacitação dos magistrados para fins de aperfeiçoamento e promoção na carreira).

Na declaração de sua missão, a Escola fomenta uma educação judicial capaz de habilitar o juiz para exercer a função jurisdicional com qualidade técnica, humanismo, ética e imparcialidade, bem como para que julgue com independência em relação aos demais poderes e à opinião pública.

O trabalho formativo da Enfam, guiado por princípios institucionais e pedagógicos, visa à constante contextualização dos conhecimentos, à análise de problemas complexos da realidade social e profissional e, nessa lógica, à adoção de metodologias ativas, valorizando o protagonismo do aluno, processos pedagógicos sistematizados, buscando a articulação/integração teoria-prática.

No segundo semestre de 2020, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento institucional intimamente ligado à realização da missão da Enfam, foi inaugurado o Programa de Pós-Graduação em Direito da Escola e, com ele, foi concebida a Revista Judicial Brasileira – ReJuB (Brazilian Judicial Law Review), que traz em seu espírito a busca por uma produção e uma difusão de conhecimento voltadas ao aprimoramento da atividade jurisdicional e do Sistema de Justiça.

Como o programa de mestrado que a inspirou, a ReJuB objetiva ampliar a conexão do Poder Judiciário brasileiro com a sociedade, levando em consideração os desafios contemporâneos da magistratura, a complexidade crescente das relações sociais, os avanços tecnológicos, a transnacionalidade dos direitos e a necessidade de democratização das instituições, tudo isso permeado por uma perspectiva de atuação ética, íntegra, técnica, independente e inovadora.

Nessa linha, a ReJuB se apresenta como a primeira revista jurídica brasileira que tem por objetivo específico a publicação e o fomento de estudos realizados com base em dados empíricos e elementos teórico-conceituais voltados para a melhoria do Sistema de Justiça e da atuação do Poder Judiciário. O diálogo entre teoria e prática é incentivado e fomentado pela revista.

Nesta primeira edição, comemorativa do seu lançamento e dos 15 anos de instalação da Enfam, a ReJuB traz artigos inéditos de autoria de professores e alunos da sua primeira turma do mestrado. Todos os trabalhos selecionados foram produzidos a partir de pesquisas realizadas dentro do Programa de Pós-Graduação e tratam de desafios diversos da atividade jurisdicional e do Sistema de Justiça, em uma abordagem interdisciplinar e plural.

Por fim, escolheu-se lançar o primeiro número da ReJuB exatamente no dia estabelecido pela Organização das Nações Unidas – ONU como Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, de forma a deixar explícito o marco norteador de todas as produções intelectuais que serão encontradas nestas páginas e nas futuras.

Boa leitura!

Ministra Maria Thereza de Assis Moura (STJ)
Diretora da Revista